



PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE EDUCAÇÃO SEXUAL NAS SALAS DE REFERÊNCIA: RELATOS E REFLEXÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

PERSPECTIVAS DOCENTES SOBRE EDUCACIÓN SEXUAL EN SALAS DE REFERENCIA: INFORMES Y REFLEXIONES EN EDUCACIÓN INFANTIL

TEACHERS' PERSPECTIVES ON SEXUAL EDUCATION IN CLASSROOMS: REPORTS AND REFLECTIONS ON EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Leandro Antunes¹

RESUMO

O referido estudo buscou analisar e discutir como as docentes da Educação infantil compreendem a Educação Sexual em suas salas de referência em seu cotidiano, compartilhando de alguns fatos relatados por elas em suas práticas pedagógicas, partindo de um recorte parcial das análises de uma dissertação de mestrado em Educação concluída em 2023. O estudo em tela utilizou questionários semiestruturados on-line, tendo coletado respostas de 29 docentes atuantes de 12 Núcleos de Educação Infantil Municipal da Grande Florianópolis. É possível considerar que a Educação Sexual Emancipatória já está presente nas salas de referência, mesmo que de forma intencional ou não e por meio do currículo oculto. Por outro lado, a lacuna se estende quando as docentes apontam a necessidade de formações continuadas que possam prepará-las para enfrentar as resistências e tabus que estão presentes quando há referência ao tema da Educação Sexual. **PALAVRAS-CHAVE:** Educação Infantil. Educação Sexual Emancipatória. Formação Continuada. Práticas Pedagógicas.

RESUMEN

Este estudio buscó analizar y discutir cómo los docentes de educación infantil entienden la Educación Sexual en sus aulas en su cotidiano, compartiendo algunos hechos relatados por ellos en sus prácticas pedagógicas, a partir de un análisis parcial de una tesis de maestría en Educación finalizada en 2023. El estudio utilizó cuestionarios semiestruturados en línea, habiendo recopilado respuestas de 29 docentes que trabajan en 12 Centros Municipales de Educación Infantil en Gran Florianópolis. Es posible

¹ Mestre em Educação (UDESC). Atua como docente na Educação Infantil pela Prefeitura Municipal de Florianópolis (SME/PMF), SC. Membro pesquisador do grupo independente EDUSEX-Formação de Educadores e Educação Sexual.

considerar que a Educação Sexual Emancipadora ya está presente en las salas de referencia, ya sea de manera intencionada o no y a través del currículum oculto. Por otro lado, la brecha se amplía cuando los docentes señalan la necesidad de una formación continua que los prepare para enfrentar las resistencias y tabúes que se presentan cuando se hace referencia al tema de Educación Sexual.

PALABRAS-CLAVE: Educación Infantil. Educación sexual emancipadora. Formación Continua. Prácticas Pedagógicas.

ABSTRACT

This study sought to analyze and discuss how early childhood education teachers understand sexual education in their classrooms in their daily lives, sharing some facts reported by them in their pedagogical practices, based on a partial excerpt from the analyses of a master's dissertation in Education completed in 2023. The study in question used semi-structured online questionnaires, having collected responses from 29 teachers working in 12 Municipal Early Childhood Education Centers in Greater Florianópolis. It is possible to consider that Emancipatory Sexual Education is already present in the classrooms, even if intentionally or not and through the hidden curriculum. On the other hand, the gap widens when teachers point out the need for ongoing training that can prepare them to face the resistance and taboos that are present when referring to the topic of Sexual Education.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Emancipatory Sexual Education. Continuing Education. Pedagogical Practices.



Introdução

Este artigo é fruto de uma dissertação de Mestrado em Educação concluída em 2023, desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Santa Catarina. Tendo sido submetida ao Comitê de Ética pela plataforma Brasil e aprovada sob o número: 5.722.160. À vista disso, este artigo traz o recorte parcial de algumas análises realizadas na dissertação, a qual teve como ponto de partida: “desvelar a compreensão sobre a categoria Educação Sexual de docentes de núcleos de educação infantil da região continental em Florianópolis como subsídio a projetos de formação continuada numa perspectiva emancipatória” (Antunes, 2023, p. 32). Com isso, ao escrever o presente artigo, buscou-se analisar como as docentes² compreendem a Educação Sexual em suas salas de referência na Educação Infantil, partindo de alguns fatos relatados pelas docentes na pesquisa que serão expostos no decorrer deste artigo.

² Diga-se as docentes, visto que no percurso da pesquisa de campo, o questionário foi apenas respondido por professoras, isto é, do gênero feminino.

Em se tratando da importância da formação continuada para a área de educação ou saúde, corroboro com Paulo Rennes Marçal Ribeiro (2013) quando afirma que sendo esses momentos que nos apropriamos de conhecimentos e reflexões, essas profissionais estarão capacitadas e confiantes para desenvolverem ações e projetos que visam o campo da Sexualidade e Educação Sexual em qualquer ambiente, seja escolar ou não, o que pode contribuir de forma significativa na formação das crianças, alunos e de todas as pessoas de forma integral.

Por outro lado, ao falar sobre crianças, precisamos compreender que a infância é um momento contínuo e processual de construção social e de culturas (Manuel Jacinto Sarmiento e Manuel Pinto, 1997). Nesse sentido, tal qual é apresentado na Lei de Diretrizes e Base (Brasil, 1996), a Educação infantil é a primeira etapa da educação básica, o que significa que desempenha um papel importante na formação integral das crianças. Sendo assim, desde os primeiros anos de vida, as crianças começam a construir sua identidade, a compreender seu corpo e estabelecer relações com o Eu, o Outro e o mundo.

Nesse contexto, então, emerge a necessidade de trabalhar a Educação Sexual na infância de forma lúdica, crítica, reflexiva e adequada para a faixa etária, promovendo o respeito com a diversidade de gênero e a compreensão do seu próprio corpo. Ainda, como será explorado neste artigo, há docentes que acabam enfrentando desafios diários com a temática relacionada à sexualidade, já que, por vezes, apresentam-se visões contraditórias sobre a forma e a necessidade de abordá-los na sala de referência na Educação infantil. Portanto, a pergunta que norteou a pesquisa e que será desvelada ao longo deste artigo é: como será que está sendo abordada essa temática da Educação Sexual na infância?

O caminhar metodológico desta pesquisa fundamenta-se na “[...] Filosofia como uma concepção de mundo” (Augusto Nivaldo Silva Triviños, 1987, p. 17), que expressa nas Ciências Humanas, as quais são construídas através das relações sociais: o eu, o outro e o nós, acrescentando-se o mundo em uma relação sempre sexuada. Além disso, trata-se de uma escolha epistemológica que permitiu compreender a Sexualidade e a Educação Sexual como uma das dimensões humanas mais complexas, devido aos aspectos subjetivos que a constituem (Aline Malagi, 2020).

Assim, a pesquisa está assegurada no paradigma do Materialismo Histórico e Dialético (MHD), “[...] uma vertente do pensamento marxista que entende o ser humano – assim como o conhecimento científico e o mundo onde estamos inseridos – como seres inconclusos, em movimento, com possibilidades de mudança, portanto, em constante

processo de transformação” (Yalin Brizola Yared, 2016, p. 32). Adotou-se o método dialético que “[...] reconhece a dificuldade de se apreender o real em sua determinação objetiva; por isso, a realidade se constrói diante do pesquisador por meio das noções de totalidade, mudança e contradição” (Célia Regina Diniz; Iolanda Barbosa Silva, 2008, p. 04). Esse método de abordagem dialética contribui para as análises das percepções das docentes sobre a Educação Sexual na Educação Infantil, gerando uma base para o desenvolvimento de ações intencionais voltadas a uma Educação Sexual Emancipatória. Assim, com esse método, as falas das docentes revelaram tanto certezas quanto contradições, manifestadas de diversas maneiras.

Além da base Materialista Histórica e Dialética, este artigo pauta-se no estudo exploratório, fundamentado no pensamento de Triviños (1987, p. 111), em que é possível destacar que o caráter exploratório da pesquisa por permitir “[...] ao investigador aumentar suas experiências em torno de um determinado problema”, porém, não dispensando o rigor científico, embora, a pesquisa se apoie na técnica da revisão bibliográfica buscando fundamentos teóricos para subsidiá-la (Antônio Carlos Gil, 2017).

Partindo de uma análise de conteúdo com base em Laurence Bardin (1977), foi usado como instrumento de coleta desses dados respostas do questionário semiestruturado aplicado via *Google Forms*. Assim, foi possível examinar, interpretar os textos e as respostas obtidas pelas 29 docentes atuantes em 12 Núcleos de Educação Infantil Municipal (NEIM) de Florianópolis, na região Continental, *locus* da pesquisa. Além disso, foi possível conduzir harmoniosamente a análise de forma sistemática, buscando-se identificar as categorias que emergiram nas respostas dessas docentes, trazendo uma compreensão mais aprofundada nas visões de mundo e nas práticas em sala de referência.

Por fim, essa categorização das respostas das docentes seguiram os critérios teóricos propostos por César Aparecido Nunes (1996), com alicerce de alguns indicadores já desvelados por Luciana Kornatzki (2013), abordado de modo mais amplo na dissertação e explorada neste artigo por (Antunes, 2023), que definem as cinco vertentes pedagógicas, possibilitando uma análise qualitativa manual das respostas abertas. As categorias foram pré-estabelecidas, com base nos indicadores apresentados no quadro 1, e refinadas durante a análise qualitativa das respostas obtidas via questionário semiestruturado. As respostas foram analisadas de formas minuciosas e individual, tendo em mente o contexto e conteúdo descrito nos relatos. Sendo assim, essas respostas trazidas permitiram corroborar as categorias atribuídas e localizar as possíveis lacunas na visão e percepção das docentes.

Educação Sexual: Uma Abordagem Emancipatória Frente às Vertentes Repressoras

Ao iniciar essa conversa sobre Educação Sexual, contudo, numa perspectiva emancipatória, é necessário refletir que “[...] somos todos seres sexuados no mundo, em permanente processo de Educação, inclusive de educação sexual” (Sonia Maria Martins de Melo *et al.*, 2011, p. 17). Assim como pontuado por Melo *et al.* (2011) e Gabriela Maria Dutra de Carvalho *et al.* (2012), precisamos entender que os seres humanos são sujeitos sexuados, constituindo-se plenamente nessa dimensão humana que é o mundo. A Educação Sexual é trabalhada em sua globalidade e totalidade, buscando afirmar e identificar os direitos dos sujeitos enquanto seres sexuados, apontando para uma possibilidade de emancipação do ser através das suas relações sociais, sendo elas, mediatizadas pelo mundo (Aline Diniz Warken; Sonia Maria Martins de Melo, 2019). Nesse viés, é possível o exercício do pensamento crítico e reflexivo do sujeito diante da sexualidade. Além disso, se torna essencial trabalhar por meio de pesquisas e formações que ampliem as visões de mundo das/os docentes/a, de modo a

[...] desvelar as vertentes repressoras que não compreendem a reflexão da sexualidade como uma construção sócio-histórica, buscando caminhos pedagógicos para subsidiar a sensibilização de professores e professoras via pensamento crítico sobre as possibilidades de construir projetos intencionais de educação sexual emancipatória (Marcia de Freitas, 2021, p. 28).

Também, finda-se quando refletimos com Sonia Maria Martins de Melo *et al.* (2010, p. 2) que os estudos na temática Educação Sexual “[...] têm como objetivo sensibilizar as comunidades educativas formais e não formais para reflexões e debates sobre a temática, numa perspectiva emancipatória, integrando ensino-pesquisa-extensão”. Nesse sentido, Paulo Freire (2021, p. 95), contribui para essa discussão ao dizer que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. A reflexão freiriana ajuda a entender a ideia de que a Educação Sexual Emancipatória é um campo fundamental de estudos – críticos e reflexivos–, oferecendo suporte teórico para ampliarmos o pensamento crítico sobre a Sexualidade e sua dimensão. Ao lado de autoras/es como Melo *et al.* (2011) e Nunes (1996) entre outras/os, reforça-se a compreensão de que os seres humanos são naturalmente sexuados e inseparáveis das suas relações sociais.

Essas interfaces da categoria Educação Sexual buscam

[...] contribuir com seu reconhecimento como área científica, no enfrentamento da necessidade de superação de sua banalização, do empirismo e reprodução acrítica de mitos, crenças, tabus e do senso comum, individual e/ou coletivo, reproduzidos como verdades absolutas – tanto no trabalho docente como em outros âmbitos sociais. Atualmente evidencia-se ainda o entendimento de que o campo da Educação Sexual – aí incluídas as questões gerais da sexualidade, dentre elas a categoria gênero, por exemplo, – como um tema não-científico, inclusive não somente por parte significativa da população brasileira, impregnada por um pensamento repressor sobre ela, naturalizado acriticamente como hegemônico, mas também postulado como verdade absoluta por muitos profissionais da área de Educação e Saúde, que estão alinhados com essas ‘verdades absolutizadas’ (Sonia Maria Martins de Melo *et al.*, 2021, p. 214).

A Educação Sexual, além de constituir uma dimensão na formação do indivíduo, é reconhecida como uma área científica que demanda uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos da psicologia, sociologia, pedagogia e saúde. Sua relevância não se limita ao simples repasse de normas, regras ou comportamentos adequados; seu objetivo principal é fomentar uma compreensão crítica e aprofundada da Sexualidade e suas múltiplas dimensões, situando-se no âmbito das ciências humanas e sociais. Conforme Yared (2016), a Educação Sexual deve ser interpretada não apenas como a transmissão de informações práticas, mas como um campo epistemológico que contribui para a produção de um saber rigoroso acerca da Sexualidade Humana.

À vista disto, no contexto brasileiro, entre 2018 e 2022, houve grande resistência em reconhecer a Educação Sexual como uma ciência, além das tentativas do (des) governo federal de censurar diversas discussões sobre uma Educação Sexual Emancipatória. No entanto, os debates sobre Educação Sexual no Brasil estão em construção desde o século XX e continuam buscando mais espaço atualmente, mesmo após as tentativas de silenciamento (Rita Cássia Pereira Bueno; Paulo Rennes Marçal Ribeiro, 2018).

Warken e Melo (2019) pontuam e refletem sobre os tempos atuais, em que o diálogo emancipatório sobre Educação Sexual e Sexualidade ainda enfrentam tabus, receios e preconceitos agravados pela percepção de retrocessos em leis que tentam silenciá-lo. Esse tipo de repressão desrespeita um direito fundamental, parte essencial dos Direitos Humanos na formação integral das pessoas. Esses impasses revelam que a

estrutura atual da sociedade globalizada é desumana, capitalista e predatória, necessitando da esperança, criticidade e emancipação que Paulo Freire sonhava e defendia.

Mesmo diante das tentativas de silenciar o tema, Bueno e Ribeiro (2018) destacam que os artigos e livros sobre Educação Sexual e Sexualidade começaram a se multiplicar entre 1940 e 1950, refletindo alguns avanços significativos e didáticos. Em 1960, essas publicações ganharam mais visibilidade, com a implementação das primeiras ações efetivas que introduziram uma abordagem mais humanista e libertadora sobre o tema nas escolas. Nos anos 1980, governos municipais e estaduais, especialmente São Paulo, implementaram projetos que possibilitaram espaços para diálogos internacionais sobre Educação Sexual.

Nesse sentido, Leandro Antunes e Sonia Maria Martins de Melo (2023) destacam que, hoje em dia, é preciso e urgente adotar uma abordagem crítica e humanística para transformar a sociedade. Precisamos questionar o conhecimento normativo e hegemônico em nosso sistema de produção, pois ele, muitas vezes, desumaniza as relações entre as pessoas e reflete as tensões entre Capital e Trabalho. Para construção de uma sociedade que pense de forma mais justa, humanitária, equitativa e emancipatória, é preciso repensar e desafiar essas normas estabelecidas.

O diálogo para compreender a Educação Sexual e Sexualidade como dimensões inseparáveis do ser humano tem apresentado uma problemática em diversos contextos sociais. A temática é, muitas das vezes, entrelaçada por repressões, mitos, falácias e tabus gerados por uma sociedade hegemônica e patriarcal, na qual não podemos desviar de uma “norma” que se reforça no espaço capitalista. Tal sistema uniformiza uma forma de SER (no sentido de identidade, valores, comportamento, expressões, etc.) e ESTAR (no sentido de posicionamento, relação com o ambiente e com outras pessoas – o eu, o outro e nós) em uma sociedade que pode ser sórdida e opressiva para a maioria das pessoas.

Melo *et al.* (2011), tem nos mostrado que durante nossa trajetória de vida todas as nossas interações sociais têm moldado e sido moldadas por uma rica tapeçaria de discursos, regras e modelos culturais relacionados ao sexo. Essas construções históricas e culturais incluem posturas, exigências, cerimônias, permissões e restrições que formam tabus sobre a Sexualidade. Com isso, muitas vezes, encontramos a Sexualidade envolta em tabus, mitos e preconceitos que persistem até hoje. Esses aspectos refletem os interesses e as normas de diferentes épocas e tratam frequentemente as relações sexuais como uma extensão das relações sociais em geral.

À vista disso, ao conversar sobre a categoria Educação Sexual e Sexualidade, compreendendo-as como uma dimensão inseparável do ser humano, precisamos analisar e conhecer todo seu histórico, epistemologia, conceitos e as vertentes pedagógicas³ advindas. Além disso, com base nos princípios de Melo *et al.* (2011), que afirmam que somos seres humanos, isto é, sempre sexuados e que educadoras/es são sempre educadoras/es uns dos outros, reflete-se, assim, a essência de reconhecer o papel importante da Sexualidade humana. Mary Neide Damico Figueiró (2010) salienta que a Educação Sexual tem que ser voltada para uma ação de ensino aprendizagem da Sexualidade Humana. Quando realizada de forma intencional, tem como objetivos proporcionar aos sujeitos informações e noções básicas da Sexualidade e sua dimensão humana, englobando discussões e reflexões crítico-reflexivas sobre a temática, e envolvendo sentimentos, emoções e atitudes, pautando-as sempre em conhecimentos científicos.

Considerando o exposto, somos levados a refletir sobre como a sociedade ainda se ampara em um pensamento ultrapassado, arcaico perante a categoria Educação Sexual. Essa área, hegemonicamente, é pautada em um olhar repressor diante da dimensão humana da Sexualidade. Kornatzki (2013, p. 31) aponta o fato de “[...] ainda hoje ser predominante na maioria das famílias e escolas, uma educação perpassada por vertentes repressoras e reguladoras de educação sexual, expressas em um currículo oculto⁴ e/ou repressor”, embora, seja indiscutível que muitas questões já tenham mudado, como pensamentos, comportamentos e costumes, ainda assim, parte da sociedade continua a insistir em perpetuar “[...] versões repressoras, contribuindo para o não reconhecimento da sexualidade como aspecto ontológico do ser humano” (Kornatzki, 2013, p. 64). A esse respeito, Melo *et al.* já afirmavam em 2011 que “[...] as transformações ocorrem muito rápido, mas, no que se refere à temática ‘sexualidade’ ainda não conseguimos falar dela com a naturalidade necessária” (p. 22, grifo das autoras).

A Sexualidade é compreendida, então, como uma parte inseparável da condição humana. Essa Sexualidade existe de forma intrínseca e está em processo contínuo de aprendizado que acontece por meio das relações entre o “Eu” e o “Outro” mediados pelo contexto social e cultural em que vivemos, ou seja, mediatizadas pelo mundo. Em outra

³ Sugestão da leitura da tese de doutorado de César Aparecido Nunes (1996) que traz essas vertentes e que nela foi baseada para a criação do quadro 1.

⁴ Pontuo aqui como conceito, pautando-me em Tomaz Tadeu da Silva (2017, p. 78), quando diz que “[...] o currículo oculto é constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes”.

perspectiva, a Sexualidade ainda é observada como um “aspecto ontológico” do ser humano, sendo que ela não é uma função nem tampouco uma característica, mas sim, um elemento fundamental da existência humana que visa contribuir para a formação das identidades e das interações interpessoais. Dessa forma, Nunes (1996, p. 224) trata “[...] de apresentar a sexualidade como energia vital da subjetividade e da cultura, pulsão da vida e da morte, expressão plena da condição de ser homem, real e histórico, na transformação da natureza para construir a sua própria história”.

Portanto, refletir sobre a Educação Sexual na prática pedagógica e formação continuada das/os docentes se apresenta de forma precisa e urgente. Os projetos pedagógicos para Educação Sexual e Sexualidade têm de fornecer conhecimentos científicos e básicos desde as vertentes repressoras que, por muitas vezes, recaem sobre as abordagens pedagógicas no Brasil. Essas vertentes foram organizadas por Nunes (1996) em sua tese de doutorado, expandidas pelo esclarecimento das viabilidades de construção de uma vertente emancipatória nos espaços formais, como a escola.

A seguir, será apresentado um quadro elaborado por (Antunes, 2023, p. 51-52), que contém indicadores das vertentes de Educação Sexual mencionadas e investigadas por Nunes (1996). Esses indicadores prescritos por (Antunes, 2023) se manifestam no dia a dia dos ambientes educativos, tanto formais como não formais.

QUADRO 1: Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDSDH/WAS (2014)

(continua)

VERTENTES PEDAGÓGICAS ESTUDADAS COMO CATEGORIAS PRÉVIAS	INDICADORES PRÉVIOS DESVELADOS COMO MARCAS DAS CATEGORIAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	<ul style="list-style-type: none"> • Prevenção das ISTs, contenção e higiene da sexualidade e genitália. • As questões de reforçar os papéis sociais entre homens e mulheres. • Educação sexista, como comportamentos esperados apenas nos padrões da matriz heteronormativos. • A visão do corpo/sexo apenas como um aparelho reprodutor, com foco nos órgãos genitais entendidos apenas como reprodutores masculino e feminino. • Reforçam as informações sobre as ISTs, porém com um aspecto causador de medos e não numa linha de prevenção e o direito à saúde sexual. • Sexo/Sexualidade vista como uma mera força propulsora de procriação ou relações sexuais. • Não aborda uma proposta educacional ampla,

	somente requisitos biológicos e médicos.
--	--

QUADRO 1: Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDSDH/WAS (2014)

(continuação)

VERTENTES PEDAGÓGICAS ESTUDADAS COMO CATEGORIAS PRÉVIAS	INDICADORES PRÉVIOS DESVELADOS COMO MARCAS DAS CATEGORIAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL
Vertente pedagógica normativo-institucional	<ul style="list-style-type: none"> • Reforços nos papéis sociais tradicionais institucionalizados seguindo um modelo padrão de “ser homem e ser mulher”. • Visualização e o conhecimento apenas da família nuclear como a única família “certa”. • Padrão de corpo e beleza. • Casamento monogâmico heterossexual como único possível. • Normatização de padrões de beleza a ser seguido na sociedade para homens e mulheres.
Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	<ul style="list-style-type: none"> • Prazer sexual visto apenas como parte de uma mercadoria. • Produção e vendas de cartilhas com métodos de “como viver melhor” sua vida sexual. • Terapias como autoajuda em consultórios televisivos. • A autoajuda é vendida para “curar” e/ou melhorar a impotência sexual; como chegar ao ponto “G” da mulher.
Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	<ul style="list-style-type: none"> • Corpos objetificados e erotizados de mulheres e homens para fins capitalistas da mídia social.

QUADRO 1: Vertentes Pedagógicas de Educação Sexual e seus indicadores, com base em Nunes (1996), Kornatzki (2013) e DDSDH/WAS (2014) (conclusão)

VERTENTES PEDAGÓGICAS ESTUDADAS COMO CATEGORIAS PRÉVIAS	INDICADORES PRÉVIOS DESVELADOS COMO MARCAS DAS CATEGORIAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL
Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSDH/WAS	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Sexual crítica e reflexiva, que tenha como base a autonomia, humanização, diálogo, criticidade, relação saudável e positiva com a sexualidade sua e do outro. • Educação Sexual que desenvolva a autonomia e a humanização dos saberes e fazeres pedagógicos no cotidiano escolar. • Que oportunize o reconhecimento do seu corpo e da sua dimensão sexual. • Que liberte e emancipe o sujeito das presas do autoritarismo e de uma visão hegemônica. • Visão para além da sexualidade do senso comum. • Visão e linguagem positiva da sexualidade. • Direito ao conhecimento e autoconhecimento sexual. • Compreensão ontológica da sexualidade. • DDSDH/WAS <ol style="list-style-type: none"> 1. O Direito à igualdade e a não discriminação. 2. O Direito à vida, liberdade, e segurança pessoal. 3. O direito à autonomia e integridade corporal. 5. O direito de estar isento de todas as formas de violência ou coerção. 6. O direito à privacidade. 7. O direito ao mais alto padrão de saúde atingível, inclusive de saúde sexual; com a possibilidade de experiências sexuais prazerosas, satisfatórias e seguras. 9. O direito à informação. 10. O direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora. 11. O direito de constituir, formalizar e dissolver casamento ou outros relacionamentos similares baseados em igualdade, com consentimento livre e absoluto. 13. O direito à liberdade de pensamento, opinião e expressão.

Fonte: Quadro inspirado no modelo criado por Kornatzki (2013), adaptado por Antunes (2023, p. 51-52).

Apresentam-se esses indicadores do quadro acima com base nas inspirações de Nunes (1996) e Kornatzki (2013). É importante realçar a presença desses indicadores cotejando os dados extraídos com base ao texto completo da Declaração de Direitos

Sexuais como direitos humanos (DDSDH/WAS) (2014). A seguir, dialogamos com os quadros a partir das reflexões sobre a compreensão da Educação Sexual em salas de referências, trazendo algumas análises de fatos descritas pelas docentes.

Reflexões sobre a Compreensão da Educação Sexual: Análises de Fatos e Experiências na sala de referência

Iniciam-se essas reflexões com base no pensamento de Jimena Furlani (2016, p. 87), quando destaca que “se a educação pretende contribuir para o ‘desenvolvimento integral do indivíduo’, e para sua inserção numa vida de ‘cidade plena’, a educação sexual é assunto que não pode ficar ausente dos currículos escolares”. Nesse sentido, podemos destacar o item 9 das competências gerais da Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018, p. 19) que cita:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de origem, etnia, gênero, orientação sexual, idade, habilidade/necessidade, convicção religiosa ou de qualquer outra natureza, reconhecendo-se como parte de uma coletividade com a qual deve se comprometer.

Considerando, então, o que traz a competência 9, esta não aborda de forma explícita o termo “Educação Sexual”, mas aponta sobre a valorização da diversidade e a convivência respeitosa entre os pares, sem preconceitos de qualquer natureza, nelas incluindo gênero, raça, religião, orientação sexual, ou seja, a dimensão Sexualidade como parte do “SER” e “ESTAR” no mundo.

Sendo assim, a partir do quadro 2 passamos a refletir diante das respostas prescritas pelas docentes, buscando desvelar como elas compreendem a inserção da Educação Sexual em suas salas de referência no seu cotidiano, tendo em vista que a temática às vezes lhes traga estranhezas, medos “[...] desafios e dificuldades, com destaque para o fato de que o tema ainda é considerado um tabu, bem como para a falta de preparo por parte dos profissionais da educação” (Ana Paula Cler Mendel; Jean Carlos Miranda, 2023, p. 219).

QUADRO 2: Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano

(continua)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA SALA REFERÊNCIA/COTIDIANO? DESCREVA-A		
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO
PRAIA RITA MARIA	Não abordamos ainda, pois não demonstraram interesse.	2022
PRAIA DO SANTINHO	Não é abordada.	2022
PRAIA DA TAPERA	Não tem ainda por serem bebês.	2022
PRAIA DO MOÇAMBIQUE	Não foi muito discutida este ano.	2022
PRAIA DO MÜLLER	Abordamos o tema quando trazemos ao cotidiano o cuidado com o corpo, a higiene, as diferenças, o uso da roupa adequada ao clima, o desfralde tranquilo e natural no tempo da criança, na troca respeitosa, no alerta para quem e onde o adulto pode mexer no corpo da criança.	2022
PRAIA DO GARCIA	Sempre conversamos algo referente ao que a criança pergunta, dando o nome correto.	2022
PRAIA DA ARMAÇÃO	Através das trocas de roupas, uso do banheiro, respeitar os colegas no que se diz a respeito ao corpo.	2022
PRAIA DO ARATACA	Diálogos sobre o respeito ao corpo e o cuidado com os outros.	2022
PRAIA DA SINHÁ	São muito bebês então cantamos ensinando a eles as partes do seu corpo e sempre que precisamos tocar neles, pedimos licença e explicamos o que vamos fazer nele.	2022
PRAIA DO GRAVATÁ	Inicia-se com o desfralde.	2022
PRAIA CATACANGA MIRIM	É tratar o bebê com cuidado porque eles ainda não falam na sua maioria.	2022
PRAIA DA TIPITINGA	Ações de cuidado com o corpo.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Procuramos desnaturalizar estereótipos do que é feminino ou masculino, que já se manifestam brincadeiras. Estereótipos que limitam experiências ou vivências de acordo com gênero e podem prejudicar o desenvolvimento de habilidades. E fatores físicos, como o respeito a seu corpo e ao dos colegas.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	É trabalhada de forma tranquila, respeitosa e quando as crianças questionam algo sobre o assunto, esclarecemos e tentamos falar de uma maneira que as crianças entendam e que sejam atendidas em suas dúvidas e curiosidades.	2022
PRAINHA	Relação de respeito sempre e diálogo quando necessário.	2022

QUADRO 2: Educação Sexual na sua sala referência/cotidiano (conclusão)

COMO VOCÊ COMPREENDE QUE É A EDUCAÇÃO SEXUAL NA SUA SALA REFERÊNCIA/COTIDIANO? DESCREVA-A					
PROFESSORAS	RESPOSTAS				ANO
PRAIA DO CAMPECHE	Tento respeitar o que as crianças trazem.				2022
PRAIA BRAVA	Acredito que trabalhamos na conscientização que somos diferentes, as crianças observam, principalmente no banheiro, que é coletivo. Falamos muito sobre respeito, higiene, cuidado com o corpo e limites.				2022
PRAIA DA GALHETA	Eles gostam de ficar no banheiro se observando, meninas, meninos e algumas vezes se tocam, trocando carícias ou fazem perguntas sobre o corpo dos colegas ou trazem algum fato que observam na brincadeira entre os colegas.				2022
LEGENDA					
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDS DH	

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023, p. 135-136).

O Quadro 2 revela um panorama diversificado sobre como a Educação Sexual é compreendida nas salas de referência. Podemos verificar traços de uma abordagem pedagógica normativo-institucional, como descrita por Nunes (1996), destacada em verde nas falas das docentes que mencionam, como, por exemplo, Praia Rita Maria “Não abordamos ainda, pois não demonstraram interesse” ou como diz Praia da Tapera “Não tem ainda por serem bebês”, sendo assim, pressupõe-se que a Educação Sexual seja algo exclusivo de etapas posteriores do desenvolvimento, ignorando a possibilidade de abordagens lúdicas e adequadas à faixa etária. Essas falas sustentam os papéis sociais tradicionais, institucionalizados em um modelo padronizado de “ser homem e ser mulher” ou de pontuar seus “trejeitos” como pontuado no quadro 1 por (Antunes, 2023), perpetuando, em alguns casos, um “currículo oculto” de caráter normativo e repressivo. Esse currículo oculto reforça a equivocada percepção de que a Educação Sexual não é abordada de forma ativa nas instituições educativas, quando, na realidade, está constantemente presente, ainda que de maneira implícita. Entretanto, como apontam Melo *et al.* (2011, p. 60), a Educação Sexual “[...] acontece na escola por meio de um currículo oculto, embora esteja sempre sendo vivenciada no cotidiano escolar. Quase sempre tal currículo não é desvelado e muitas vezes, não é nem percebido”. Isso significa

que, mesmo sem planejamento intencional, a Educação Sexual se manifesta nas interações diárias entre crianças e docentes, pois todos somos seres sexuados, e as relações sociais naturalmente refletem isso.

Portanto, a todo momento, “[...] saibamos ou não, queiramos ou não [...]” (Melo *et al.*, 2011, p. 60), a Educação Sexual acontece, seja intencional ou não. Essas interações entre as crianças; entre docentes e crianças, são espaços onde a Sexualidade é vivida e aprendida. No entanto, essa falta de reconhecimento do processo contínuo de Educação Sexual nas unidades educativas pode ser superada por meio de cursos de formação continuada em uma perspectiva crítico-reflexivos, tendo em vista que a aprendizagem acontece por meio das relações. Esses cursos, baseados em uma abordagem crítica da DDSH/WAS, são necessárias para que as/os docentes possam reconhecer e lidar com essas questões de forma adequada e consciente em seu cotidiano.

Em seguida, ao analisar as respostas enquadradas na vertente Emancipatória, é possível perceber, mais uma vez, como é importante reconhecer um indicador essencial dessa abordagem: a promoção de uma **Educação Sexual que seja crítica e reflexiva**. Essa educação deve ser fundamentada na autonomia, na humanização, no diálogo aberto e nas relações saudáveis e positivas com a sexualidade – tanto a de cada um quanto a do outro. Praia Brava ilustra essa perspectiva de forma muito nítida ao dizer: “Acredito que trabalhamos na conscientização de que somos diferentes; as crianças observam, principalmente no banheiro, que é coletivo. Falamos muito sobre respeito, higiene, cuidado com o corpo e limites”.

Nas falas das docentes, podemos notar que a Educação Sexual se manifesta de maneira serena e sensível, acontecendo de várias formas e em diversos momentos. Não há espaço para tabus ou preconceitos; em vez disso, há um ambiente que acolhe e favorece, bem como pontua Prainha sobre a “Relação de respeito [...] e diálogo quando necessário”, possibilitando que as crianças expressem suas curiosidades sem medo. Ao invés de repreensão, encontramos diálogos reflexivos que visam “[...] fornecer-lhes informações adequadas sobre o corpo, cuidado, saúde, mas observando essa dimensão humana na sua plenitude, ou seja, como também uma dimensão construída social e historicamente” (Kornatzki, 2013, p. 91).

A seguir, o quadro 3 abaixo traz alguns relatos de fatos acontecidos sobre a temática no cotidiano da sala de referência de cada uma e como elas, as docentes lidaram com a questão.

QUADRO 3: Fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão

(continua)

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NO COTIDIANO DE SUA SALA REFERÊNCIA E COMO VOCÊ LIDOU COM A QUESTÃO		
PROFESSORAS	RESPOSTAS	ANO
PRAIA DA SINHÁ	Na inserção da criança pedimos à família que troque a fralda da criança e nós ficamos próximo para que a criança perceba que a família permite que fiquemos com ela para realizar a higiene da criança. Assim a criança se sente segura.	2022
PRAIA DE ITAQUI	Em uma interação com as crianças estávamos com várias materialidades, como tinta facial, tinta de cabelo, esmaltes, fantasias, não separamos gêneros, então um menino colocou um vestido de princesa e quis pintar as unhas, assim fizemos, porém, o pai da criança não gostou da nossa atitude. Ao conversar com o pai, ele disse que o filho dele não era menina para usar aquelas coisas. Explicamos sobre a sexualidade dentro do que conhecemos, mas senti não estar preparada para lidar com o preconceito dos adultos, sendo que as crianças estavam brincando sem a maldade que estava na mente desse pai.	2022
PRAIA DO SINFRÔNIO	Em brincadeira de casinha na sala um menino queria participar, mas recebeu uma resposta negativa das meninas: Isso é brincadeira de meninas! E os outros meninos riram dele e falaram coisas como mulherzinha. Fiz uma intervenção, afirmando que os homens moram em casa, ajudam na arrumação, nos cuidados com os filhos, entre outras coisas e desta forma também os meninos podem brincar de casinha, exercendo diferentes papéis. Logo as crianças passaram a compartilhar essa brincadeira.	2022
PRAIA DE CANASVIEIRAS	Uma menina do meu grupo foi ao banheiro e lá estava "Lívia" (já mencionado como nome fictício) com as duas portas fechadas do banheiro e não deixava a menina entrar. A menina veio até mim, professora dela, relatando-me que tinha uma menina no banheiro que não a estava deixando entrar e pediu minha ajuda para mediar. Fui até lá e quando vi "Lívia" atrás da porta, meio ressabiada, perguntei por que não estava deixando a colega entrar no banheiro. "Lívia" falou que a colega ficava olhando para ela e que não queria que ela ficasse olhando. Então falei para "Lívia" usar o vaso sanitário o qual tinha uma porta e que assim ela poderia ficar mais à vontade e tranquila para fazer suas necessidades. E assim foi o que aconteceu e a outra menina usou o vaso sanitário ao lado, sem a porta.	2022
PRAIA MOLE	No banheiro é um espaço em que mais percebemos essas curiosidades. Procuramos acompanhar as crianças e orientar, caso tenham questionamentos.	2022

QUADRO 3: Fato acontecido sobre a temática no cotidiano de sua sala referência e como você lidou com a questão

(conclusão)

REGISTRE ALGUM FATO ACONTECIDO SOBRE A TEMÁTICA NO COTIDIANO DE SUA SALA REFERÊNCIA E COMO VOCÊ LIDOU COM A QUESTÃO					
PROFESSORAS	RESPOSTAS				ANO
PRAIA DE JURERÊ	No meu grupo uma criança estava insistindo em beijar na boca das outras. Fizemos uma roda de conversa e o fato se acalmou um pouco. Eles brincam bastante representando as relações familiares e nesses momentos conversamos sobre os limites de cada um.				2022
PRAIA BRAVA	Quando estão se tocando, tirar o foco e quando perguntam, tentar esclarecer da melhor forma.				2022
PRAIA DA GALHETA	É muito comum eles ficarem se observando no momento do banheiro, olhando o pênis, ou um menino falar do tamanho do seu pênis em relação ao outro. Lido com naturalidade.				2022
PRAIA DE SAMBAQUI	Meninos e meninas indo ao banheiro e baixando a calça para mostrar suas partes íntimas, e um dando risada do outro. Trouxe algumas músicas e conversa sobre o cuidado com o seu corpo e o respeito com o corpo do outro. Mas não fomos a fundo nesse trabalho.				2022
LEGENDA					
Vertente pedagógica biológico-reprodutivista	Vertente pedagógica normativo-institucional	Vertente pedagógica terapêutico-descompressiva	Vertente pedagógica consumista quantitativa pós-moderna	Vertente pedagógica emancipatória, nela incluída a DDSH	

Fonte: Produção do autor, Antunes (2023, p. 137-138).

No Quadro 3, observamos os fatos ocorridos em sala de referência e a mediação realizada pelas docentes. Vale destacar que, nesses relatos, as Praias: Rita Maria, Santinho, Tapera e Moçambique não apresentaram suas experiências. Isso se deve ao fato de, como já mencionado, não abordarem o tema, o que é compreensível, considerando que, para muitos, a Educação Sexual ainda é vista sob um viés pedagógico biológico-reprodutivista ou normativo-institucional e até mesmo um tabu e que só a família poderá dialogar.

Diante disso, nota-se neste quadro a qualidade de respostas que caminham em uma perspectiva da vertente emancipatória transcender, pois, se refere à promoção de uma Educação Sexual que não apenas transmite informações sobre o corpo e a

Sexualidade, mas que também valoriza o respeito, a igualdade, a autonomia e os direitos humanos, nelas incluindo as DDSH/WAS (2014).

As respostas das docentes destacam-se pela boniteza de uma compreensão da vertente emancipatória, isto é, apresentam uma visão ampla do que é Educação Sexual para além do biológico, fisiológico e normativo, expressam uma linguagem positiva da Sexualidade. Os relatos compartilhados pelas docentes revelam uma abordagem profundamente ancorada na ciência, oferecendo às crianças uma compreensão saudável e positiva da Sexualidade. Essa abordagem utiliza uma linguagem acolhedora, que promove o respeito e a curiosidade, sem qualquer repressão. Um exemplo vem da Praia do Sambaqui, em que a docente descreve uma mediação sensível e cuidadosa com as crianças, diante de uma situação delicada, promovendo um ambiente de diálogo e aprendizado quando “meninos e meninas indo ao banheiro e baixando a calça para mostrar suas partes íntimas, dando risadas uns dos outros. Trouxe algumas músicas e conversa sobre o cuidado com o seu corpo e o respeito com o corpo do outro [...]” ampliando o repertório das crianças por meio da sua prática pedagógica.

Praia do Sinfrônio traz reflexões acerca de gênero em brincadeiras, na qual, uma criança recebeu um não em uma brincadeira em que as crianças por um viés de uma norma da sociedade são levadas a entender que certas brincadeiras são para meninos e/ou meninas. Assim, a Praia do Sinfrônio dialogou de forma a desconstruir normas sociais rígidas e permitir que crianças explorem diferentes papéis e expressões de gênero de maneira livre e respeitosa.

Refletindo ainda no fato acontecido com Sinfrônio, em que um menino foi inicialmente excluído da brincadeira de casinha por ser considerado “inadequado” para o papel, evidencia-se como estereótipos de gênero são internalizados desde cedo por uma estrutura hegemônica e patriarcal no qual aponta que não se pode fugir de “certas normas”. E ao receber o rótulo de “mulherzinha” e ser alvo de risadas, a criança foi confrontado com expectativas sociais limitantes que associam determinados comportamentos e atividades apenas a meninas. A mediação da docente, ao afirmar que os homens também cuidam da casa, organizam e cuidam dos filhos, não foi apenas uma defesa do direito de brincar, mas uma afirmação de igualdade, desafiando os estereótipos de gênero instaurado em nossa sociedade.

Essa ação humanizou as crianças ao convidá-las a repensar suas crenças e promover o respeito mútuo. A Educação Sexual emancipatória aqui se revela não apenas na promoção do conhecimento, mas na criação de um espaço onde meninos e meninas

possam transitar entre diferentes papéis sociais, livres de julgamentos e rótulos. O simples ato de permitir que o menino brincasse de casinha também é um ato de resistência contra normas sociais que limitam a expressão de gênero e a vivência plena das crianças.

A transição que ocorreu após a intervenção – com as crianças compartilhando a brincadeira – mostra como da Educação Sexual pode ser uma ferramenta que promova inclusão, respeito e a liberdade de SER, ESTAR e expressar-se no mundo. Essa situação exemplifica como a Educação Sexual Emancipatória pode cultivar empatia, desconstruir preconceitos e criar um ambiente onde as crianças se sentem seguras para explorar quem são, sem medo de serem julgadas ou reprimidas, apenas podendo ser crianças.

Portanto, vimos que as docentes trouxeram seus relatos, de forma acolhedora, com um olhar sensível e humanístico ao dar encaminhamento a cada fato ocorrido. Não se apresentou repressão pelas docentes, nem mesmo pelas demais que abordaram que não viram esse movimento acontecer por serem bebês. Sendo assim, as docentes deram acesso à informação, a liberdade de perguntar e agir. Houve então, como aponta e asseguram os DDSH/WAS (2014): 1. o direito à igualdade e a não discriminação; 2. o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal; 9. o direito à informação; 10. o direito à educação e o direito à educação sexual esclarecedora.

Caminhos para Esperançar: Reflexões Finais sobre a Boniteza de uma Educação Sexual Emancipatória

É neste trilhar, após as análises das respostas das docentes diante de fatos acontecidos e como foram mediadas em suas salas de referência sobre Educação Sexual, que percebe-se que suas abordagens e compreensões já caminham para uma perspectiva da vertente Emancipatória, que respeita a criança em seu modo de SER e ESTAR no mundo em toda sua integralidade e dimensão humana. A partir dos relatos cotejados, pude compreender e observar a reflexão sobre a inserção e a importância da Educação Sexual nas unidades educativas, especialmente na Educação Infantil, alinhando-se à visão de Furlani (2016), que destaca o dever de integrar a Educação Sexual aos currículos educacionais para promover o desenvolvimento integral da criança.

Ao analisar os quadros, observou-se que boa parte das docentes que responderam têm abordado pedagogicamente a Educação Sexual em suas práticas, trazendo como pontos chaves o diálogo, o respeito, o cuidado com o corpo e as questões de gênero. Contudo, algumas ainda enfrentam desafios devido a um currículo oculto e normativo

que limita a prática educativa em vários espaços, incluindo o ambiente familiar, no qual é compreensível por saber que precisam de formações que fomentem esse conhecimento e façam refletir de forma emancipatória.

Dessa forma, por mais que as docentes estejam caminhando por uma vertente Emancipatória, com um olhar mais respeitoso e crítico, as análises evidenciam a necessidade de formações continuadas para fortalecer essa abordagem. Isso foi visível no relato da Praia de Itaquí, que descreveu a resistência de um pai à brincadeira de seu filho ao pintar as unhas e sua compreensão de que faltou subsídios formativos para sensibilizar o pai sobre o tema, ilustrando a necessidade de preparo para lidar com preconceitos e resistências familiares.

Nesse sentido, Antunes e Melo (2023, p. 08) destacam que

[...] a formação continuada das/os profissionais da educação, além de ser um espaço de aprimoramento, é um direito para sua vida, seja essa formação em qualquer área e assunto que lhe sejam pertinentes, permitindo-lhes que revejam suas práticas no âmbito educacional à luz de teorias emancipatórias.

As ações/práticas pedagógicas descritas destacam a necessidade de formações continuadas que capacitem e orientem as/os docentes nos diferentes níveis de ensino. Essas formações devem ter cunho pedagógico, teórico, epistemológico e metodológico, preparando-as para enfrentar desafios diários e promover uma Educação Sexual Emancipatória e inclusiva. Assim, refletir sobre a formação continuada das/os docentes mostra-se necessário e urgente. Os projetos pedagógicos e Projetos Políticos Pedagógicos precisam fornecer conhecimentos científicos e básicos, enfrentando as vertentes repressoras que muitas vezes prejudicam as abordagens pedagógicas. Além disso, a formação continuada deve ser reflexiva e pautada nos Direitos Humanos e nos princípios da DDSHD/WAS (2014).

É possível observar que a Educação Sexual Emancipatória está presente nas salas de referências da Educação Infantil, mesmo que nem sempre intencionalmente. A continuidade dessas práticas exige comprometimento com o aprofundamento teórico e metodológico, auxiliando as/os docentes a superar barreiras e estigmas.

Portanto, acredito que a Educação Sexual numa perspectiva Emancipatória seja uma prática pedagógica integrada e contínua, que respeita o desenvolvimento integral das crianças em todas as suas dimensões, incluindo a Sexualidade. Para isso, precisamos que as/os docentes tenham acesso a formações continuadas que ampliem seus conhecimentos

e as/os preparem para dialogar com confiança e capacidade sobre Sexualidade e identidade de gênero. Por fim, acredito na boniteza de um cenário onde, ao surgir questões sobre gênero, Sexualidade, perguntas sobre nosso corpo a/o docente, com segurança e capacidade, consiga responder, tirar dúvidas de maneiras respeitosa, humana, educativa e pedagógica, proporcionando um ambiente acolhedor e humano. Esse é o modelo de transformação e visão de mundo que a Educação Sexual Emancipatória, quando bem utilizada e desenvolvida desde a infância, poderá proporcionar e transformar.

Referências

- ANTUNES, Leandro; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre a formação continuada de professoras/es e suas interfaces com a educação sexual no cotidiano da educação infantil. **Dialogia**, São Paulo, n. 43, p. 1-19, e23175, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/43.2023.23175>. Acesso em: 14 fev. 2023.
- ANTUNES, Leandro. **Compreensão de docentes de núcleos de educação infantil sobre educação sexual como subsídios a projetos de formação continuada**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 6 dez. 2021.
- BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996
- BUENO, Rita Cássia Pereira; RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. História da educação sexual no Brasil: apontamentos para reflexão. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 49–56, 2018. DOI: 10.35919/rbsh.v29i1.41. Disponível em: https://www.rbsh.org.br/revista_sbrash/article/view/41. Acesso em: 28 out. 2022.
- CARVALHO, Gabriela Maria Dutra de *et al.*. **Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico**. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.
- DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN-EDUEP, 2008.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Educação Sexual: retomando uma proposta um desafio**. 3. ed. rev. e ampl. Londrina: Eduel, 2010.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 77. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FREITAS, Marcia de. **Educação sexual nas ondas de rádios comunitárias: processos sensibilizadores para a emancipação dos sujeitos**. 2021. 157 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021
- FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- KORNATZKI, Luciana. **Educação sexual intencional em livros para a infância: um estudo de suas vertentes pedagógicas**. 2013. 268 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.
- MALAGI, Aline. **A formação do/a pedagogo/a para a educação sexual escolar**. 2020. 363 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2020.
- MELO, Sonia Maria Martins de *et al.*. Educação Sexual em debate: conversando com educadores pelas ondas da Rádio **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 112-123, 2010.
- MELO, Sonia Maria Martins de *et al.*. **Educação e sexualidade**. 2. ed. rev. Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2011.
- MELO, Sonia Maria Martins de *et al.*. Educação sexual e produção de conhecimento: reflexões sobre o trabalho integrado de dois grupos de pesquisa. **Humanidades & Inovação**, v. 7, p. 212-225, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5064>. Acesso em: 3 fev. 2023.
- MENDEL, Ana Paula Cler.; MIRANDA, Jean Carlos. Formação de professores e educação sexual: o retrato de um curso de licenciatura em ciências naturais. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 216–248, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7684817. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/939>. Acesso em: 7 out. 2024.
- NUNES, César Aparecido. **Filosofia, sexualidade e educação: as relações entre os pressupostos ético-sociais e histórico-culturais presentes nas abordagens institucionais sobre educação sexual escolar**. 1996. 330 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. *In*: RABELO, Amanda Oliveira; PEREIRA, Graziela Raupp; REIS, Maria Amélia de Souza (org.). **Formação docente em gênero e sexualidade**: entrelaçando teorias, políticas e práticas. Petrópolis: De Petrus et Alii; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p. 7-15.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. *In*: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (ed.). **As crianças, contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos da Criança/Ed. Bezerra, 1997. p. 9-30.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. 9. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

WARKEN, Aline Diniz; MELO, Sonia Maria Martins de. Reflexões sobre contribuições do pensamento Paulo Freireano para uma educação sexual emancipatória pautada nos direitos sexuais como direitos humanos. **Revista Cocar**, Pará, v. 13, n. 25, p. 34-52, jan. 2019. Quadrimestral. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/2149>. Acesso em: 18 fev. 2023.

World Association for Sexual Health (WAS). **Declaração dos Direitos Sexuais**. Stellenbosch: WAS, 2014. Disponível em: https://www.worldsexualhealth.net/_files/ugd/793f03_18d1707e4a4748a39b047b3729c8d38f.pdf?index=true. Acesso em: 10 ago. 2022.

YARED, Yalin Brizola. **Do prescrito ao vivido**: a compreensão de docentes sobre o processo de educação sexual em uma experiência de currículo integrado de um curso de medicina. 2016. 443 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Recebido em janeiro de 2025.

Aprovado em março de 2025.